

Geopolítica do Brasil e pensamento militar: contribuições do Exército

Brazil's Geopolitics and military thought: the Army's contributions

Coronel Oscar Medeiros Filho*

*Oficial do Quadro Complementar de Oficiais do Exército (QCO). Fez o Pós-doutorado em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (2018). Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2010). Mestre em Geografia Humana (2004). Atualmente, é coordenador do Núcleo de Estudos Prospectivos, do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEEx).



Palavras-chave:

Geopolítica; Pensamento Militar; Brasil.

Keywords:

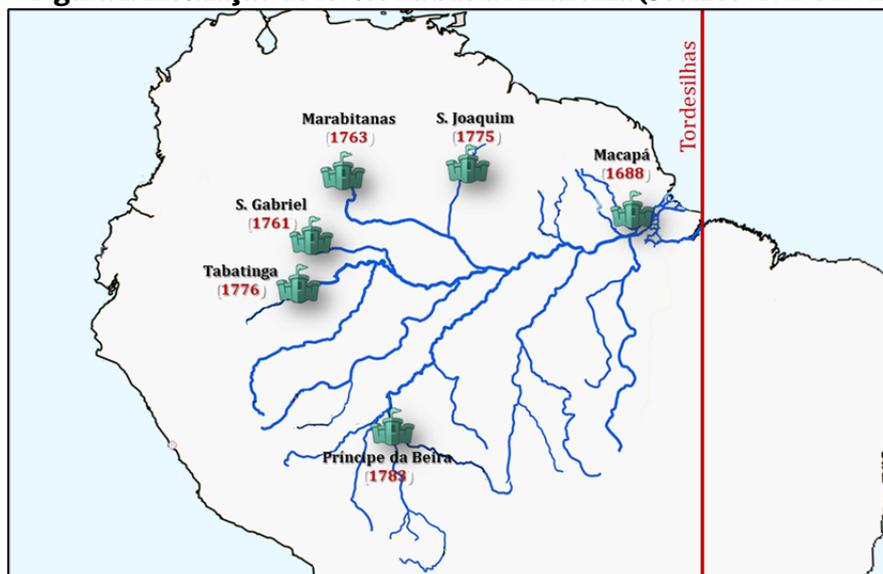
Geopolitics; Military Thought; Brazil.

O Bicentenário da Independência do Brasil nos oferece uma oportunidade única para discutir a trajetória geopolítica do nosso País, considerando-se os desafios enfrentados pela Nação ao longo desse período, mas também suas potencialidades e as oportunidades de futuro. Nesse contexto, o presente ensaio pretende apresentar um breve panorama da trajetória nacional ao longo desses 200 anos do Brasil independente, considerando a natureza dos desafios impostos e a contribuição intelectual de destacados geopolíticos militares do Exército Brasileiro.

Faz-se necessário, antes de tudo, dizer que, como uma área sistematizada do conhecimento, a Geopolítica surge nas décadas que antecedem à 1ª Guerra Mundial, notadamente por autores germânicos (Friedrich Ratzel, Rudolf Kjellen) e anglo-saxões (Alfred Mahan e Halford Mackinder). Entretanto, como práticas e instrumentos de controle territorial, a geopolítica é tão antiga quanto a própria humanidade.

Dessa forma, pode-se afirmar que, mesmo antes da constituição da geopolítica como uma área do conhecimento, seus princípios já eram praticados no Brasil desde o período colonial. Segundo Meira Mattos (2011), a preocupação brasileira com o controle territorial em áreas remotas é herança do *modus operandi* português de administração colonial. Para ele, Portugal sempre se preocupou em estabelecer uma estratégia geopolítica para assegurar o seu domínio territorial, por meio da instalação de fortes a montante das grandes bacias hidrográficas, nas extremidades do território nacional, conforme **figura 1**.

Figura 1: Instalação de fortes na bacia Amazônica (Séculos XVII e XVIII)



Fonte: o autor, com base em Meira Mattos. Geopolítica e teoria de fronteiras.

Nesse sentido, vários exemplos podem ser apresentados. A postura estratégica de Alexandre de Gusmão, na proposição do Tratado de Madri (1750), tornando "de jure" as conquistas territoriais que os Bandeirantes já haviam conquistado de fato, conforme **figura 2**, ao longo dos séculos XVII e XVIII, é um deles.

Figura 2: Bandeiras (Séculos XVII e XVIII)



Fonte: Adaptado de GOES FILHO, 2015, p. 387.

Esse *modus operandi* português será herdado pelo Brasil-Império. Em meados do século XIX, por exemplo, o Brasil passou a adotar a concepção de colônias militares, o que representava uma evolução do antigo conceito de vigilância e proteção militar por meio da construção de fortes e fortins. Meira Mattos (2011, p. 108) lembra que “o Império, em 1840, ao criar as colônias militares, pretendeu estendê-las como processo de fixação de população em determinados pontos da fronteira terrestre desabitada; o forte já não era tão necessário, mas o quartel o substituiria, oferecendo um ponto de apoio social à população adjacente”. Tratava-se de uma estratégia de controle territorial que buscava vivificar a faixa de fronteira por meio do povoamento. Com essa estratégia, o Império buscava “ocupar a sua fronteira mais longínqua, mesclando a arma de defesa e a enxada da fixação econômica do homem à terra” (Meira Mattos, 2011, p. 112-113).

Assim, no contexto do Império até a República, passando pela Independência, as ideias de busca da coesão territorial e de identidade nacional farão parte do pensamento geopolítico de autores como José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838); Francisco Adolpho Varnhagen (1816-1878); e João Pandiá Calógeras (1870-1934). Eram ideias que buscavam dar relevância aos desafios e às oportunidades de uma jovem Nação em processo de desenvolvimento e consolidação territorial. Desafios que se mantêm até hoje, como o déficit estatal em áreas mais remotas, resultantes das próprias dimensões colossais do território nacional, o qual tem 40% de sua constituição a mais de mil quilômetros de distância do litoral.

Nesse contexto, o Exército Brasileiro teve uma participação fundamental como instrumento de construção nacional e de manutenção da unidade territorial, sob ponto de vista de sua organização, garantido sua presença nos mais distantes rincões do País. Por outro lado, contribuiu de forma essencial para a sistematização do pensamento geopolítico nacional, por meio dos debates em suas escolas militares e, principalmente, de publicações de sua intelectualidade.

Destacaremos, a seguir, as ideias de três generais que, ao longo do século XX, sistematizaram o pensamento geopolítico, desvelando, em seus textos, os desafios e potenciais do Brasil: Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva e Meira Mattos. Posteriormente, discutiremos, brevemente, a contribuição de cada um deles.

Pode-se afirmar que os fundamentos do pensamento geopolítico brasileiro, da forma como o concebemos hoje, surge em 1931, com a publicação do livro “Características Geográficas da América do Sul”, posteriormente denominado “Projeção Continental do Brasil”, de autoria do então Capitão Mário Travassos (1891-1973). A partir da análise das condicionantes geográficas da América do Sul, Travassos analisa os desafios internos e externos da projeção nacional, considerando o fato de que o Continente sul-americano é dominado por dois grandes antagonismos que separam de forma longitudinal o litoral pacífico do litoral atlântico e, de forma transversal, a bacia do Prata da bacia do Amazonas. Nesse contexto, era possível se falar de dois imensos “brasis” mais ou menos excêntricos: o Amazônico e o Platino, conforme **figura 3**.

Figura 3: Divisão regional do Brasil nas primeiras décadas do Século XX

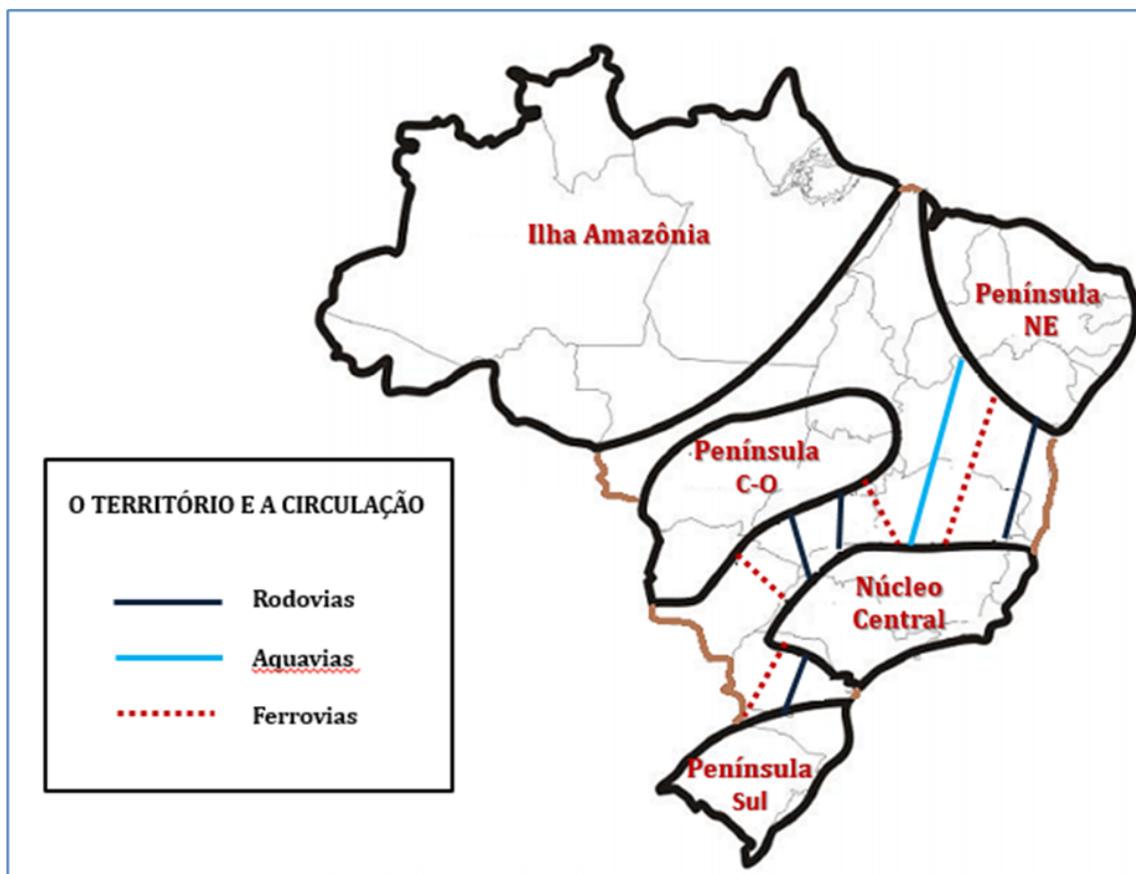


Fonte: TRAVASSOS, 1938, p. 91 (Adaptado).

Do ponto de vista externo, o Brasil era ameaçado por forças que penetravam do sul (Argentina, cujas ferrovias já alcançavam o altiplano boliviano) e do norte (EUA, cuja incubadora seria o mar do Caribe). Para Travassos, diante desse quadro, “somente sob o domínio da pluralidade dos transportes poderá o Brasil exprimir toda a força de sua imensa projeção coordenadora no cenário da política e economia continental” (TRAVASSOS, 1938, p. 140). É nesse sentido que consiste o Plano Geral de Viação Nacional lançado pelo Governo Vargas em 1934.

Golbery do Couto e Silva (1911-1987) produz seu pensamento geopolítico especialmente ao longo das décadas de 1950 e 1960, no contexto da Guerra Fria. Do ponto de vista interno, Golbery se depara com os mesmos problemas já apontados por Travassos, oriundos do desafio de coesão e integração nacional. Para tanto, sugere uma “manobra de integração do território nacional” que fosse capaz, por meio de obras de infraestrutura, de conectar os “arquipélagos” do Nordeste, do Sul e do Centro-Oeste ao “Núcleo-Central” brasileiro para, em uma fase seguinte, integrar a Amazônia, “inundando de civilização a Hileia”, conforme **figura 4**.

Figura 4: Território nacional e circulação, segundo Golbery



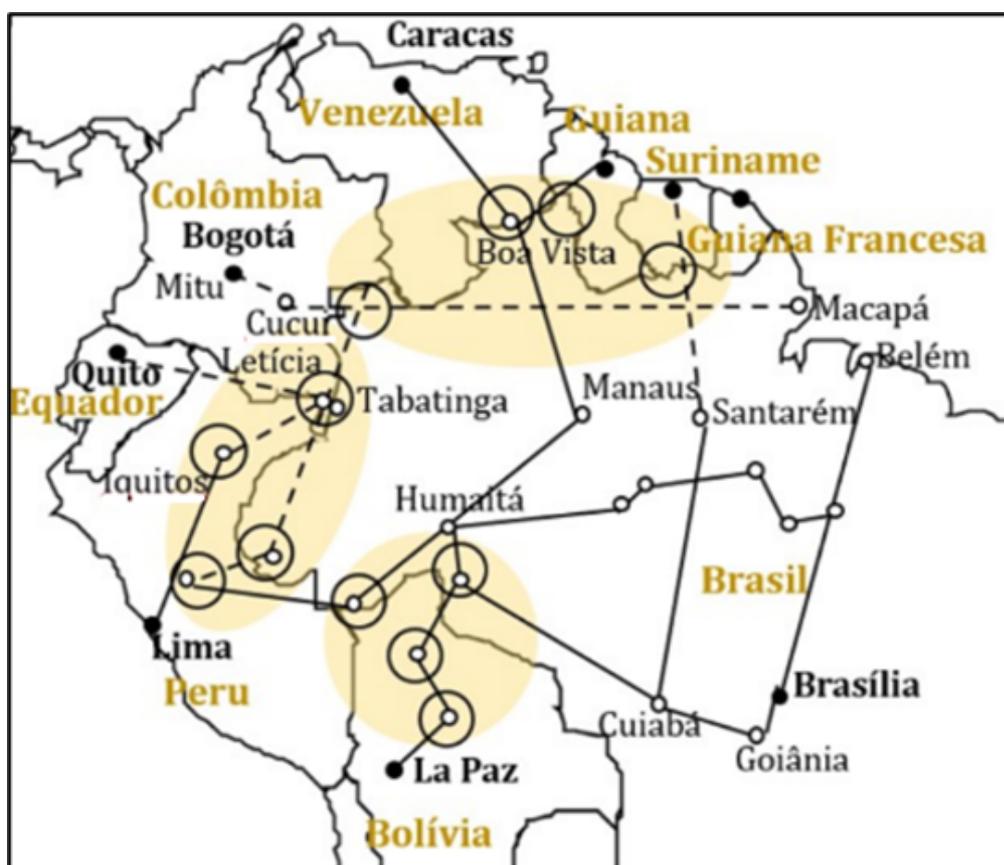
Fonte: COUTO E SILVA, 1981, p. 44. (Adaptado)

Do ponto de vista externo, Golbery busca situar, a partir de uma perspectiva “brasileira”, a posição do Brasil como potência regional no meio do jogo bipolar. Para ele, “Não haverá geopolítica brasileira, que tal nome mereça, sem que considere, de fato, o Brasil como centro do universo” (COUTO E SILVA, 1981, p. 177). Analisando o contexto do pós-2ª Guerra Mundial, Golbery considerava que o fenômeno da guerra passava por uma espécie de metamorfose. Para ele, “De guerra estritamente militar passou ela, assim à guerra total (...) de guerra total à guerra global; e de guerra global à guerra indivisível e – por que não reconhecê-lo? – permanente” (COUTO E SILVA, 1981, p. 24). Nesse novo contexto, são lançadas as bases da Doutrina de Segurança Nacional na qual a ideia de poder nacional, em todas as suas expressões, passava a ser condição *sine qua non* para a segurança da nação. Assim, considerando-se os objetivos nacionais, não seria possível, por exemplo, pensar em segurança sem abordar a ideia de desenvolvimento. Do ponto de vista externo, suas ideias podem ser resumidas em dois aspectos: de um lado, a opção pelo Ocidente; e, de outro lado, a defesa da autonomia estratégica e da consequente manutenção da liberdade do Brasil, considerando o seu potencial geopolítico. É nesse sentido que Golbery ressalta o conselho do “sábio” George Washington: “Deveis ter sempre em vista que é loucura esperar uma nação favores desinteressados de outra; e que tudo quanto uma nação recebe com o favor terá de pagar, mais tarde, com uma parte de sua independência” (COUTO E SILVA, 1981, p. 62).

Do ponto de vista externo, Meira Mattos testemunha o aumento das preocupações ecológicas e da pressão internacional sobre a Amazônia. Buscando soluções para dirimir o problema, vislumbra-se a ideia de gestão territorial compartilhada, na forma de “condomínio”, por meio da cooperação com os países amazônicos, como mecanismo capaz de gerar escala de poder à região e garantir autonomia estratégica aos condôminos. É essa ideia que está por trás do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), com o respaldo da obra “Uma Geopolítica Pan-Amazônica”, publicada em 1980.

O TCA, assinado em 1978 pelos países amazônicos, representava uma interessante estratégia de enfrentamento da pressão ambientalista internacional e da suposta tese de internacionalização da Amazônia. A esse respeito, deve-se ressaltar o conceito de “áreas de intercâmbio fronteiro”, desenvolvido por Meira Mattos, como um instrumento de integração regional, conforme **figura 5**. A finalidade seria estimular, no entorno das áreas de conexão fronteira, a criação de polos binacionais de desenvolvimento socioeconômico. A ideia de utilização dos espaços fronteiros como elemento de integração buscava, por meio da cooperação regional com os países vizinhos, incentivar projetos de desenvolvimento regional e de ocupação territorial na Amazônia.

Figura 5: Áreas interiores de intercâmbio fronteiro



Fonte: MEIRA MATTOS, 2011, p. 149.

Esse breve sobrevoo sobre a construção do Estado Nacional brasileiro, ao longo de seus 200 anos de Independência, revela quanto o pensamento militar do Exército foi importante para fundamentar as grandes linhas do pensamento estratégico nacional.

Além dessa contribuição, ao longo desse período, o Exército tem sido chamado a participar do processo de construção do próprio Estado Nacional, o que envolve, muitas vezes, a atuação da Instituição como instrumento de desenvolvimento e de estabilização. A imagem do Marechal Cândido Rondon, lançando cabos telegráficos nos mais distantes rincões da Nação, ou de um batalhão de Engenharia, construindo estradas de rodagens em regiões menos desenvolvidas, constituem ícones do imaginário que ligam o Exército ao processo de construção nacional brasileiro.

A estratégia da presença nacional, por exemplo, continua simbioticamente relacionada ao desenvolvimento nacional e à função de “escola de civismo”, em um contexto no qual as ideias de desenvolvimento e segurança parecem indissociáveis. Nesse sentido, merecem destaque as palavras do General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, Comandante do Exército Brasileiro de 2015 a 2019, durante a Audiência Pública realizada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, no dia 5 de julho de 2017, segundo as quais, ao mesmo tempo em que se busca transformar o Exército, “com capacidade de projeção externa, nós temos que continuar sendo um Exército de colonização. Essa é a realidade” (BRASIL, 2017, n.p.).

Os desafios continuam enormes: da dimensão de nosso País. Entretanto, a capacidade do País é muito maior do que isso. O Brasil é fruto de um projeto geopolítico português que conseguiu, graças ao modo cioso com que aquele país controlava seus territórios, manter um verdadeiro continente territorialmente coeso e nacionalmente unitário. Por seus potenciais, o Brasil está “condenado a dar certo!”. Falta-nos, entretanto, superar nossas vulnerabilidades sociais. Faz-se necessário, e com urgência, o desenvolvimento de uma grande estratégia que, reconhecendo nossas limitações e possibilidades, possa pensar o Brasil e propor um futuro digno à estatura geopolítica que nosso País merece.

Salve o Brasil e seus 200 anos de nação independente!

Referências

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara do Deputados. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Audiência pública ordinária - 05/07/2017. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 5 jul. 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0868/17>. (Acesso em: 20 ago 2022).

COUTINHO, Marco Antonio de Freitas. *As origens do Pensamento Geopolítico Brasileiro*: a contribuição de José Bonifácio, Varnhagen e Calógeras. Revista Análise Estratégica. Vol 16, nr 2, Mar/ Maio 2020. pp. 7-23.

COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1981.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas*: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. Brasília: FUNAG, 2015, p. 387.

MATTOS, Carlos de Meira. Uma Geopolítica Pan-Amazônica. In: *Geopolítica*. (Volume I). Rio de Janeiro: FGV e Biblioteca do Exército, [1980] 2011.

MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica e modernidade: a geopolítica brasileira. In: *Geopolítica*. (Volume III). Rio de Janeiro: FGV e Biblioteca do Exército, [2002] 2011b.

TRAVASSOS, Mario. *Projeção Continental do Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 1938.

